

15 FEV 1993 Congresso volta sem ter sequer feito o recesso

O Congresso Nacional inicia hoje seus trabalhos após o término da convocação extraordinária no último dia 12. Na verdade, nem houve recesso este ano. Agora, os parlamentares terão pela frente assuntos complexos para votar como o ajuste fiscal; o Orçamento Geral da União — que sequer foi apreciado — a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, além da Medida Provisória que revoga a Lei nº 8.200, sobre a correção monetária nos balanços das empresas.

O Senado deve marcar a sessão plenária para a votação da reforma fiscal já para esta quinta-feira. Pelo menos, esta é a intenção do presidente do Congresso, senador Humberto Lucena (PMDB-PB) e das principais lideranças do Senado. Com isso, os parlamentares procurarão votar a matéria em segundo turno, no dia 5 de março. O medo é de que, por ser Carnaval, a sessão plenária não obtenha o quorum mínimo que é de 49 senadores.

O senador José Fogaça (PMDB-RS) não acredita que o projeto de ajuste fiscal tenha emendas, o que atrasaria mais a aprovação da matéria. "O que pode acontecer é o acolhimento de propostas supressivas retirando disposições já aprovadas". Fogaça arrisca, dizendo que o projeto do Governo será apreciado e votado ainda antes do Carnaval, não necessitando de segundo turno. O senador Guilherme Palmeira acha que a tendência é colocar o ajuste fiscal em votação na próxima semana. Segundo ele, por maior que seja o esforço, a maioria dos 81 senadores não estará na cidade.

Com relação ao Orçamento Geral da União, que foi reformulado pelo Governo, o senador Mansueto de Lavor ainda não deu um parecer sobre a matéria. Desta forma, é impraticável a apreciação da mesma. A previsão da equipe técnica que trabalha no Orçamento com o senador Mansueto é de que o texto fique pronto até o próximo dia 26. Se esta previsão for cumprida, na terceira semana de março a matéria estará na pauta do Congresso.

Balanço — No período de 11 de janeiro a 10 de fevereiro, foram votados mais de 40 projetos do Executivo e de parlamentares, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Apesar de todo o esforço concentrado no período de 15 de dezembro de 1992 até o dia de hoje, em que aconteceram duas autoconvocações pelo Congresso e a convocação do Governo, os parlamentares não conseguiram votar o Orçamento Geral da União.